

BRASIL MAIOR

Inovar para competir. Competir para crescer.

Plano 2011/2014

PIB
PLANO DE INOVAÇÃO DO BRASIL

BRASIL MAIOR

Inovar para competir. Competir para crescer.

Plano 2011/2014





SUMÁRIO

Plano Brasil Maior.....	7
Dimensões do Plano.....	8
Dimensão Estruturante.....	11
Dimensão Sistêmica.....	13
Sistema de Gestão.....	18
Objetivos Estratégicos.....	20





O PLANO BRASIL MAIOR

Com o Plano Brasil Maior, o Governo Federal estabelece a sua política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o período de 2011 a 2014.

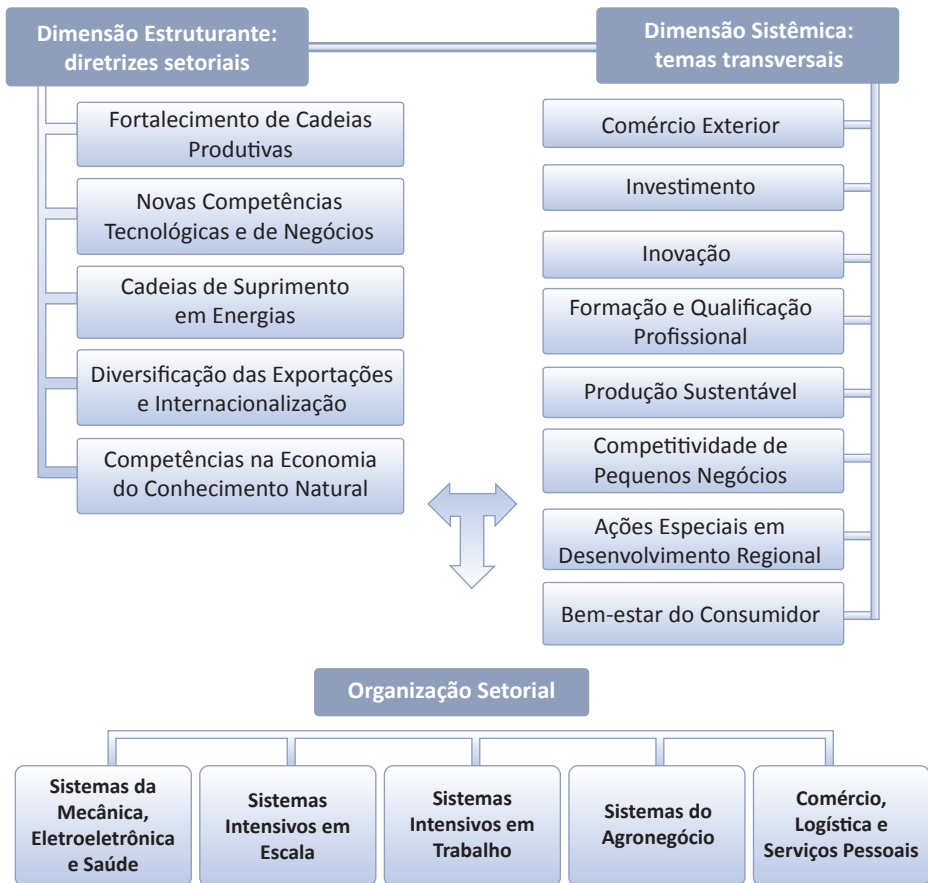
Focando no estímulo à inovação e à produção nacional para alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo, o país se organiza para dar passos mais ousados em direção ao desenvolvimento econômico e social.

Ao mobilizar as forças produtivas para inovar, competir e crescer, o Plano busca aproveitar competências presentes nas empresas, na academia e na sociedade, construindo um país mais próspero e inclusivo.

O Plano Brasil Maior integra instrumentos de vários ministérios e órgãos do Governo Federal cujas iniciativas e programas se somam num esforço integrado e abrangente de geração de emprego e renda em benefício do povo brasileiro.

DIMENSÕES DO PLANO

O Plano Brasil Maior organiza-se em ações transversais e setoriais. As transversais são voltadas para o aumento da eficiência produtiva da economia como um todo. As ações setoriais, definidas a partir de características, desafios e oportunidades dos principais setores produtivos, estão organizadas em cinco blocos que ordenam a formulação e implementação de programas e projetos. A figura a seguir sintetiza esse modelo.



O Plano estabelece um conjunto inicial de medidas, que serão complementadas ao longo do período 2011-2014 a partir do diálogo com o setor produtivo. Destacam-se:

- > desoneração dos investimentos e das exportações;
- > ampliação e simplificação do financiamento ao investimento e às exportações;
- > aumento de recursos para inovação;
- > aperfeiçoamento do marco regulatório da inovação;
- > estímulos ao crescimento de pequenos e micronegócios;
- > fortalecimento da defesa comercial;
- > criação de regimes especiais para agregação de valor e de tecnologia nas cadeias produtivas ; e
- > regulamentação da lei de compras governamentais para estimular a produção e a inovação no país.

Oportunidades e desafios

O Brasil reúne de forma única, em escala e diversidade, vantagens que hoje lhe permitem consolidar e acelerar o desenvolvimento em curso. As ameaças externas são conhecidas e exigem atenção, assim como os desafios a serem vencidos. Porém, a combinação inédita de oportunidades históricas e alicerces sólidos oferece as condições para que o país ingresse em um novo patamar de desenvolvimento econômico e social.

O Plano Brasil Maior é uma nova etapa da trajetória de desenvolvimento do país que aperfeiçoará os avanços obtidos com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE (2003-2007) – e com a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP (2008-2010). Esse legado inclui: diálogo entre o poder público, o empresariado e a sociedade; coordenação e articulação institucional governamental; e estruturas de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas de estímulo à produção.

Oportunidades

Mercado interno grande e dinâmico, com capacidade de sustentar o crescimento mesmo no contexto de crise dos países desenvolvidos.

Condições do mercado de *commodities* no curto e médio prazos que possibilitam a manutenção do superávit da balança comercial.

Núcleo existente de empresas inovadoras no Brasil com capacidade de liderar o processo de modernização produtiva.

Acúmulo de competências científicas com potencial para o desenvolvimento de produtos e serviços com alto conteúdo tecnológico.

Abundância de recursos naturais, domínio tecnológico e capacidade empresarial em energias renováveis e na cadeia de petróleo e gás.

Utilização das compras públicas e dos grandes eventos esportivos para alavancar novos negócios e tecnologias.

Desafios

Intensificar a progressão tecnológica da indústria de transformação.

Combater os efeitos da “guerra cambial” e das incertezas do cenário internacional.

Enfrentar o acirramento da concorrência internacional nos mercados doméstico e externo.

Acelerar o investimento em infraestrutura física.

Impulsionar a qualificação profissional de nível técnico e superior, particularmente em engenharias.

DIMENSÃO ESTRUTURANTE

No âmbito desta dimensão, serão construídos projetos e programas acordados entre o governo e o setor privado, tendo como referência as diretrizes elencadas a seguir.

Diretriz Estruturante 1 – Fortalecimento das cadeias produtivas: enfrentamento do processo de substituição da produção nacional em setores industriais intensamente atingidos pela concorrência das importações.

Busca aumentar a eficiência produtiva das empresas nacionais, aumentar a agregação de valor no próprio país e coibir práticas desleais de competição.

Diretriz Estruturante 2 – Ampliação e Criação de Novas Competências Tecnológicas e de Negócios:

Incentivo a atividades e empresas com potencial para ingressar em mercados dinâmicos e com elevadas oportunidades tecnológicas e uso do poder de compra do setor público para criar negócios intensivos em conhecimento e escala.

Diretriz Estruturante 3 – Desenvolvimento das Cadeias de Suprimento em Energias: aproveitamento de oportunidades ambientais e de negócios na área de energia, para que o país ocupe lugar privilegiado entre os maiores fornecedores mundiais de energia e de tecnologias, bens de capital e serviços associados. As prioridades abrangem oportunidades identificadas em petróleo e gás e em energias renováveis, como etanol, eólica, solar e carvão vegetal.

Diretriz Estruturante 4 – Diversificação das Exportações (mercados e produtos) e Internacionalização Corporativa, com foco nos seguintes objetivos:

- Promoção de produtos manufaturados de tecnologias intermediárias e de fronteira intensivos em conhecimento.
- Aprofundamento do esforço de internacionalização de empresas via diferenciação de produtos e agregação de valor.
- Enraizamento de empresas estrangeiras e estímulo à instalação de centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no país.

Diretriz Estruturante 5 – Consolidação de Competências na Economia do Conhecimento Natural: utilização dos avanços proporcionados pela economia do conhecimento para ampliar o conteúdo científico e tecnológico dos setores intensivos em recursos naturais, permitindo que o país aproveite as vantagens na produção de commodities para avançar na diferenciação de produtos.



DIMENSÃO SISTÊMICA

A dimensão sistêmica, de natureza horizontal e transversal, destina-se a orientar ações que visam, sobretudo:

- reduzir custos, acelerar o aumento da produtividade e promover bases mínimas de isonomia para as empresas brasileiras em relação a seus concorrentes internacionais; e
- consolidar o Sistema Nacional de Inovação por meio de da ampliação das competências científicas e tecnológicas e sua inserção nas empresas.

Esta dimensão articula-se com a dimensão estruturante e é constituída por grandes temas detalhados a seguir.

Comércio Exterior. Inclui objetivos de curto, médio e longo prazo:

- melhoria nos instrumentos financeiros e tributários de estímulo às exportações;
- defesa comercial, consolidação e harmonização de regras tarifárias;
- facilitação do comércio;
- estímulo à internacionalização de empresas nacionais visando à ampliação de mercados e o acesso a novas tecnologias; e
- atração de centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas estrangeiras para o país.

Incentivo ao Investimento. Objetiva a redução do custo do investimento por meio de instrumentos financeiros, tributários e regulatórios que:

- ofereçam prazos e juros compatíveis com os níveis internacionais no financiamento de longo prazo;
- eliminem ou reduzam substantivamente os encargos tributários sobre o investimento; e

- › promovam a modernização e a simplificação dos procedimentos de registro e legalização de empresas.

Incentivo à Inovação. As políticas em curso devem ser aprofundadas, buscando maior inserção em áreas tecnológicas avançadas, o que envolve estratégias de diversificação de empresas domésticas e criação de novas. A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2011-2014, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), constituirá a base dos estímulos à inovação do Plano Brasil Maior.

Formação e Qualificação Profissional. A demanda por mão de obra qualificada cresce a taxas superiores a do crescimento da economia e o perfil da formação profissional precisa se adequar às necessidades de crescimento baseado na inovação. O Plano se apoia em três programas federais voltados para o ensino técnico profissionalizante e de estímulo às engenharias:

- › Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (PRONATEC);
- › Plano Nacional Pró-Engenharia; e
- › Programa Ciência sem Fronteiras.

Adicionalmente, o Senai/CNI, com apoio do Governo Federal, inicia um grande esforço de ampliação e construção de novos centros de pesquisa e de formação profissionalizante conforme as novas necessidades da indústria nacional.

Produção Sustentável. Orienta o estabelecimento de estratégias e ações, entre elas:

- › *ecodesign*, em busca de melhorias de produtos e processos para a produção mais limpa;
- › construção modular para a redução de resíduos em obras de construção civil;

- › definição de critérios de sustentabilidade para edificações;
- › apoio ao desenvolvimento de cadeias de reciclagem (em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- › desenvolvimento regional sustentável a partir de competências e recursos disponíveis localmente; e
- › estímulos ao desenvolvimento e à adoção de fontes renováveis de energia pela indústria (em consonância com a Política Nacional de Mudança do Clima e com a Política Nacional de Energia).



Competitividade de Pequenos Negócios. O Plano Brasil Maior contempla o apoio ao Microempreendedor Individual (MEI) e às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) por meio de:

- › ampliação do acesso ao crédito para capital de giro e investimento; e
- › preferência local nas compras públicas.

Ações Especiais em Desenvolvimento Regional. Visam a inserir o Plano Brasil Maior em todas as unidades da Federação por meio da articulação entre agentes públicos e privados:

- › Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR – coordenada pelo Ministério da Integração Nacional – MI);
- › Territórios da Cidadania (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA);
- › Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL, MDIC);
- › Rede Nacional de Informações sobre Investimentos (Renai, MDIC); e
- › Rede Nacional de Política Industrial (RENAPI, ABDI).

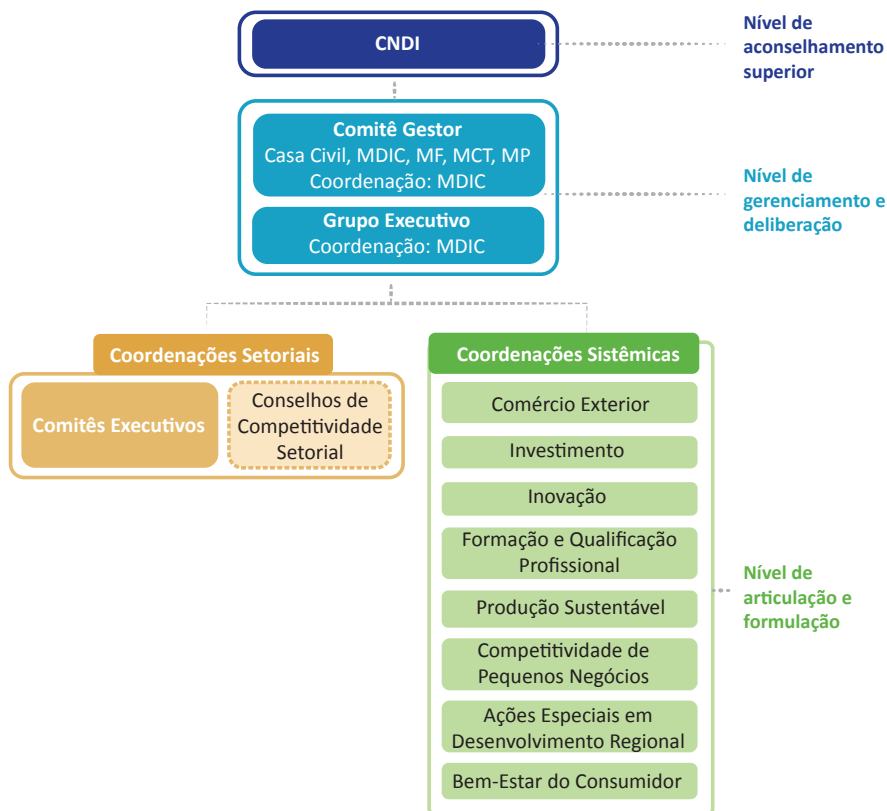
Bem-Estar do Consumidor. Ampliação da oferta de bens e serviços ao consumidor por meio de:

- › acessibilidade e comodidade, com crédito mais adequado ao consumidor;
- › conformidade a padrões e normas mundiais, em especial na saúde, segurança e sustentabilidade ambiental; e
- › ampliação da variedade de produtos e serviços, melhoria logística e maior eficiência na cadeia de suprimentos.



SISTEMA DE GESTÃO

O Plano será operacionalizado tendo como linha de base os Conselhos de Competitividade Setorial (instâncias de diálogo público-privado) e os Comitês Executivos Setoriais correspondentes. Estas instâncias têm como atribuição a formulação e a implementação de uma agenda de trabalho setorial, que será levada às instâncias superiores da estrutura de gestão.



As Coordenações Sistêmicas, por sua vez, têm como finalidade subsidiar o Grupo Executivo na definição de ações transversais do Plano.

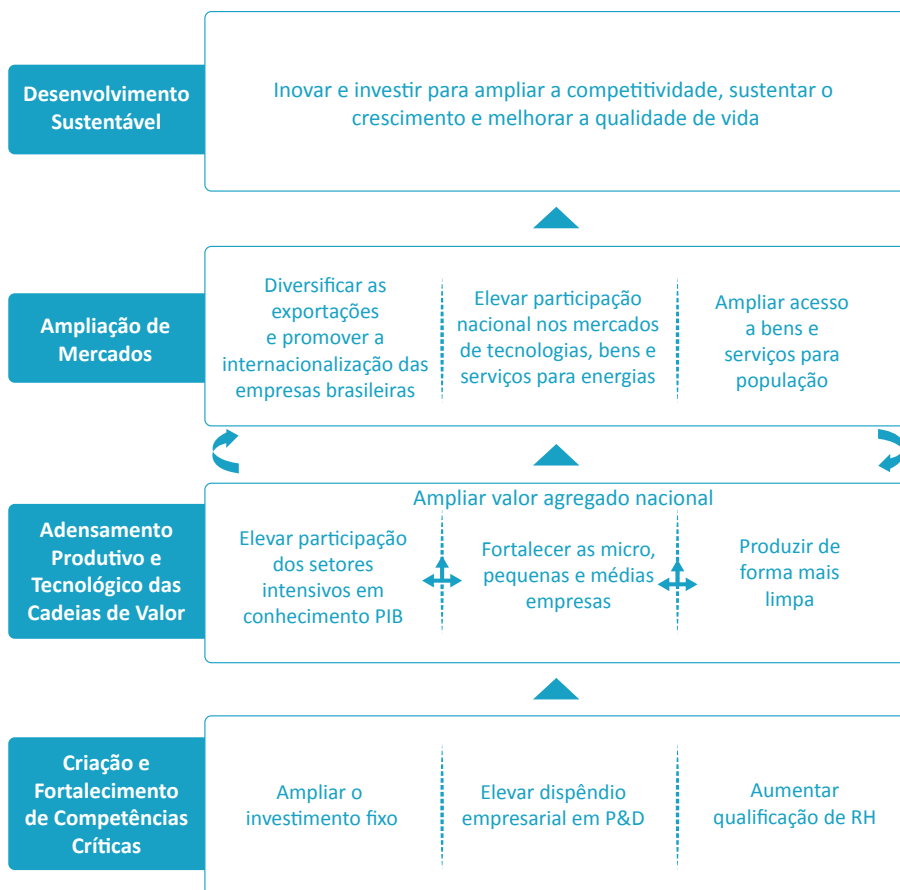
Ao Comitê Gestor compete aprovar os programas do Plano, suas metas e indicadores; acompanhar e supervisionar a implementação do Plano; solucionar pendências; analisar resultados; e propor ajustes pertinentes. Será integrado pelos titulares dos seguintes órgãos: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que o coordenará; Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

O Grupo Executivo terá como responsabilidades a articulação e a consolidação dos programas e ações do Plano, seu monitoramento e solução de problemas das diferentes instâncias de gestão. Será constituído por sete representantes institucionais: MDIC (que o coordenará), Casa Civil, MP, MF, MCT, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

O nível de aconselhamento superior é representado pelo CNDI, formado por 13 Ministros de Estado, pelo Presidente do BNDES e por 14 representantes da sociedade civil. Cabe ao colegiado estabelecer as orientações estratégicas gerais e subsidiar as atividades do sistema de gestão, no âmbito de suas atribuições, conforme sua legislação.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A partir das diretrizes estruturantes e dos temas estabelecidos na dimensão sistêmica foram definidos objetivos estratégicos, que nortearam a construção de um conjunto de indicadores e metas destinadas a orientar a execução e o monitoramento do Plano Brasil Maior.



Metas do Plano Brasil Maior

	Posição Base	Meta (2014)
1. Ampliar o investimento fixo em % do PIB	18,4% (2010)	22,4%
2. Elevar dispêndio empresarial em P&D em % do PIB (meta compartilhada com Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação – ENCTI)	0,59% (2010)	0,90%
3. Aumentar a qualificação de RH: % dos trabalhadores da indústria com pelo menos nível médio	53,7% (2010)	65,0%
4. Ampliar valor agregado nacional: aumentar Valor da Transformação Industrial/Valor Bruto da Produção (VTI/VBP)	44,3% (2009)	45,3%
5. Elevar % da indústria intensiva em conhecimento: VTI da indústria de alta e média-alta tecnologia/ VTI total da indústria	30,1% (2009)	31,5%
6. Fortalecer as MPMEs: aumentar em 50% o número de MPMEs inovadoras	37,1 mil (2008)	58,0 mil
7. Produzir de forma mais limpa: diminuir o consumo de energia por unidade de PIB industrial (consumo de energia em tonelada equivalente de petróleo – tep por unidade de PIB industrial)	150,7 tep/ R\$ milhão (2010)	137,0 tep/ R\$ milhão

Continuação

	Posição Base	Meta (2014)
8. Diversificar as exportações brasileiras, ampliando a participação do país no comércio internacional	1,36% (2010)	1,60%
9. Elevar participação nacional nos mercados de tecnologias, bens e serviços para energias: aumentar Valor da Transformação Industrial/ Valor Bruto da Produção (VTI/VBP) dos setores ligados à energia	64,0% (2009)	66,0%
10. Ampliar acesso a bens e serviços para qualidade de vida: ampliar o número de domicílios urbanos com acesso à banda larga (meta PNBL)	13,8 milhões de domicílios (2010)	40,0 milhões de domicílios

BRASIL  **MAIOR**

Inovar para competir. Competir para crescer.

PIB

PLANO DE INOVAÇÃO DO BRASIL

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

www.mdic.gov.br/brasilmaior